

# UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Contexto Operacional

A Alagoas I Energia SPE S.A. ("Companhia"), constituída em 30 de maio de 2019, é uma sociedade anônima de capital fechado sediada na Estrada Vicinal 002, s/n, Rabeca, município de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas.

A sociedade tem por objeto social a instalação de máquinas e equipamentos industriais; Geração de energia elétrica; Obras de montagem industrial; Aluguel de imóveis próprios; e Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente.

A Companhia entrou em operação em 26 de outubro de 2021.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

#### 2.1. Base de apresentação

##### 2.1.1. Declaração de conformidade

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09.

A emissão destas demonstrações financeiras e notas explicativas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 31 de março de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

##### 2.1.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

##### 2.1.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

##### 2.1.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

###### (a) Julgamentos

A Administração da Companhia não identificou situações que tenham gerado julgamentos críticos sobre as políticas contábeis adotadas no exercício corrente que apresentem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

# UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

## Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b) Estimativas e premissas

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Administração da Companhia não identificou incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício.

#### 2.1.5. Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

#### 2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras

##### 2.2.1. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades. Deve ser apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

##### 2.2.2. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

###### a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. A Companhia possui os seguintes principais ativos financeiros:

###### Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tais no momento do reconhecimento inicial. A Companhia gerencia esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. O principal ativo financeiro classificado nesta categoria é “Aplicações financeiras” (Nota 3).

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os principais ativos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Contas a receber de clientes.

#### b. Passivos financeiros

##### Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros que a Companhia possui e mantém classificados nesta categoria são:

- Fornecedores a pagar;
- Empréstimos e Financiamentos bancários;
- Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias;
- Obrigações Tributárias.

#### 2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.2.4. Imobilizado

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada pela Secretaria da Receita Federal dos bens, e estão demonstradas na Nota 9. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

## **UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.**

### **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### **2.2.5. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **2.2.6. Arrendamentos**

Com a nova norma do CPC 06 (R2) / IFRS16 - Arrendamentos (substitui o pronunciamento CPC 06 (R1) / IAS17), os arrendatários passaram a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para certos contratos de arrendamento mercantil, incluindo os anteriormente classificados como operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa norma determinados contratos de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores não sofreram alterações relevantes. A Companhia adotou a nova norma em 1º de janeiro de 2019, data efetiva da adoção inicial.

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento de curto prazo ou cujo ativo objeto do arrendamento seja de baixo valor.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado pela taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, na data de aplicação inicial. O ativo de direito de uso na data da adoção inicial, para o arrendamento anteriormente classificado como arrendamento operacional foi, por sua vez, reconhecido com valor equivalente ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial.

#### **2.2.7. Imposto de renda e contribuição social**

São calculados com base no resultado contábil, ajustados pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida do adicional específico de 10% sobre o lucro tributável mensal excedente a R\$ 20.000 e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

O lucro tributável geralmente difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### **2.2.8. Lucro ou prejuízo líquido por ação**

Está calculado com base no número de ações existentes na data do levantamento das demonstrações financeiras.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 2.2.9. Novas normas, revisões e interpretações emitidas

##### (i) Pronunciamento contábeis vigentes

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e pelo CPC. As seguintes alterações dos pronunciamentos contábeis tornam-se obrigatórias para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024:

- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alteração da norma IFRS 16 (CPC 06 - R2) - Passivos de arrendamento em uma venda e arrendamento mercantil de retorno;
- Alteração da norma IAS 1 (CPC 26 - R1) - Passivo não circulante com cláusulas restritivas (*covenants*); e
- Alteração das normas IAS 7 (CPC 03 - R2) e IFRS 7 (CPC 40 - R1) - Acordos de financiamentos de fornecedores.

As emissões/alterações de normas efetuadas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para o exercício iniciado em 2024 não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Ademais, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2025 ou após, e a Companhia ainda está avaliando os possíveis impactos, se houver, em suas demonstrações financeiras da adoção destas normas:

<b>Alterações nas Normas Contábeis IFRS</b>	<b>Data de aplicação obrigatória</b>
Alteração da norma IAS 21 (CPC 02) - Falta de conversibilidade. Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. Aplicação antecipada permitida.
Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 (CPC 48) - Alteração na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS. Efetua alterações nas normas IFRS 1 (CPC 37 - R1), abordando aspectos de primeira adoção relacionados a contabilidade de hedge; IFRS 7 (CPC 48), abordando aspectos de ganhos e perdas na reversão de um instrumento financeiro, divulgações de risco de crédito e diferença entre valor justo e preço da transação; IFRS 9 (CPC 48), abordando aspectos relacionados a reversão de passivos de arrendamento mercantil e preço de transação; IFRS 10 (CPC 36 - R3), abordando a determinação do "de facto agent" e IAS 7 (CPC 03 - R2), abordando aspectos relacionados ao método de custo.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 18 (CPC 26 - R1) - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras. Estabelece os requerimentos para apresentação e divulgação do propósito geral das demonstrações financeiras para assegurar que sejam fornecidas informações relevantes que representem fielmente os ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas, além das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs).	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.
Emissão da norma IFRS 19 (CPC 45) - Controladas sem obrigação legal de divulgação. Estabelece requerimentos de divulgação simplificados para as demonstrações financeiras consolidadas ou individuais de entidades elegíveis para a aplicação desta norma.	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Aplicação antecipada permitida.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023  
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Caixas e equivalentes de caixa

	2024	2023
Banco conta movimento - moeda nacional	51.551	25.151
Aplicações financeiras (a)	1.442.946	547.423
	<b>1.494.497</b>	<b>572.574</b>

(a) As aplicações financeiras não automáticas registradas no ativo circulante como caixa e equivalentes a caixa estão representadas por recursos aplicados em Fundos de Investimentos, cuja rentabilidade tende a se igualar à taxa DI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento pela Companhia, por um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança no seu valor.

Não há saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia dados em garantias de dívidas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

### 4. Contas a receber

	2024	2023
Tim S.A.	292.224	196.066
Solar 5 Energia SPE SA	3.637	-
	<b>295.861</b>	<b>196.066</b>

Os valores de contas a receber são referentes aos aluguéis das unidades geradoras de energias na Fazenda Salgado.

### 5. Tributos a recuperar

	2024	2023
Pis a recuperar	17.050	54.651
Cofins a recuperar	71.829	246.858
IRPJ negativo 2022	-	32.106
IR Diferido s/ aplicação financeira	13.921	3.023
IRPJ negativo 2023	-	22.385
CSLL negativa 2023	-	3.479
Cofins retido na fonte	2.748	-
CSLL retido na fonte	916	-
PIS retido na fonte	595	-
IOF Diferido s/ Aplic. Finan.	224	-
	<b>107.283</b>	<b>362.502</b>

### 6. Aplicações financeiras de longo prazo

	2024	2023
CDB - Certificados de depósitos bancários	880.684	810.726
	<b>880.684</b>	<b>810.726</b>

As aplicações financeiras incluem, basicamente, títulos e valores mobiliários que são representados por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), remunerados a taxa média de 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Fundo de Investimento remunerados à taxa média de 80% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como contraparte um banco com alto rating. Estão classificadas no não circulante em virtude de estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido pela instituição financeira para concessão do empréstimo, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 7. Despesas Antecipadas

	2024	2023
Fiança Bancária a apropriar (a)	97.654	292.965
Seguros a Apropriar (b)	18.599	21.140
	<b>116.253</b>	<b>314.105</b>

(a) As despesas antecipadas referentes a fiança bancária são valores pagos antecipadamente pela obtenção de garantias bancárias para cumprimento de obrigações contratuais.

(b) As despesas antecipadas referentes ao seguro são custos pagos antecipadamente por uma apólice de seguro que beneficia a entidade por um período futuro.

Essas despesas são registradas como ativos e, ao longo do tempo, são gradualmente reconhecidas como despesas no resultado do período conforme o seguro é consumido.

#### 8. Imobilizado

	Taxas	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Máquinas e equipamentos	10 %	11.207.835	(3.635.902)	7.571.933	8.691.597
		<b>11.207.835</b>	<b>(3.635.902)</b>	<b>7.571.933</b>	<b>8.691.597</b>

	Máquinas e Equipamentos
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	9.747.639
(+) Adições	298.269
(-) Baixas	(227.244)
(-) Depreciações	(1.127.067)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	8.691.597
(+) Adições	1.042
(-) Depreciações	(1.120.706)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	7.571.933

O ativo imobilizado está constituído ao custo de aquisição.

##### 8.1. Análise de recuperabilidade do imobilizado (*impairment*)

Não foram identificadas evidências internas e/ou externas que suscitassem indicativos de *impairment*, estabelecidos pelo CPC 01 (R1), motivo pelo qual a Companhia não testou o valor recuperável do saldo líquido do ativo imobilizado.

#### 9. Direitos de uso de bens

	Ativos de direito de uso (arrendamento)
Taxa de depreciação (a.a.)	3,22%
Saldo líquido em 1º de janeiro de 2023	262.513
(-) Depreciações	(11.197)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	251.316
(-) Depreciações	(11.285)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	240.031

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 (valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 9.1. Arrendamentos

A Companhia possui o direito de uso do imóvel onde está instalada a Usina Solar pelo prazo de 31 anos. Trata-se da Fazenda Salgado, onde a Companhia pretende executar suas atividades após o início de suas operações. Considerando que o ativo objeto do arrendamento é facilmente identificável, que a Companhia obtém os benefícios econômicos e gerencia o seu uso, foi aplicado o CPC 06 (R2) - Arrendamentos e reconhecido o ativo de direito de uso e o correspondente passivo de arrendamento.

O ativo denominado 'Direito de Uso' é o correspondente àquele que representa o direito do arrendatário de usar o ativo arrendado ao longo do prazo do arrendamento. Já o passivo gerado em contrapartida representa a obrigação do arrendatário de pagar as prestações ao arrendador durante o prazo do arrendamento, conforme seu grau de exigibilidade.

A taxa utilizada para determinação do valor presente do ativo de direito de uso, foi o IGPM, conforme contrato de arrendamento.

O início dessa operação data de dezembro de 2019, não sendo necessário portanto aplicar a abordagem retrospectiva modificada.

As informações sobre arrendamentos para os quais a Companhia é o arrendatário são apresentadas abaixo:

#### 9.2. Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas são apresentados como ativo imobilizado, conforme segue:

<b>Ativo arrendado</b>	<b>Início</b>	<b>Vencimento</b>
Fazenda Salgado	Nov-2019	Nov-2050

A movimentação dos ativos de direito de uso para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>251.316</b>	<b>262.513</b>
Despesa de depreciação do exercício	(11.285)	(11.197)
<b>Saldo final</b>	<b>240.031</b>	<b>251.316</b>

#### 9.3. Passivos de arrendamento

A movimentação dos arrendamentos a pagar para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024.

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>124.074</b>	<b>167.195</b>
Juros incorridos	64.008	55.758
Pagamentos	(95.873)	(98.878)
<b>Saldo final</b>	<b>92.209</b>	<b>124.075</b>
Circulante	28.628	34.890
Não circulante	63.581	89.185

Após a adoção do CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia apresentou passivos de arrendamento separadamente de outros passivos no balanço patrimonial. Alternativamente, uma entidade (arrendatário) pode optar por apresentar passivos de arrendamento dentro de 'Empréstimos e financiamentos'.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023  
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O cronograma de amortização dos pagamentos em 31 de dezembro de 2024 apresenta a seguinte composição:

	Pagamentos futuros mínimos de arrendamento	Juros	Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento
Menos de um ano	99.928	(71.300)	28.628
Entre um e cinco anos	499.642	(479.019)	20.623
Mais de cinco anos	1.998.566	(1.955.608)	42.958
	<b>2.598.136</b>	<b>(2.505.927)</b>	<b>92.209</b>

### 9.4. Opções de prorrogação

O contrato de arrendamento de propriedade contém opções de prorrogação exercíveis pela Companhia. Sempre que possível, a Companhia procura incluir opções de extensão em novos arrendamentos para fornecer flexibilidade operacional. As opções de extensão mantidas são exercíveis apenas pela Companhia e não pelos arrendadores. A Companhia avalia na data do início do arrendamento se é razoavelmente certo o exercício das opções de extensão. A Companhia reavalia se é razoavelmente certo o exercício das opções se houver um evento significativo ou mudanças significativas nas circunstâncias que estejam sob seu controle.

### 10. Fornecedores

	2024	2023
Comtrafo Industria de Transformadores	34.814	34.814
J A Silva Junior	2.940	-
Marcos Alexandre Nunes Pereira-ME	21.060	21.060
G3 Soluções em Engenharia EIRELI	1.260	-
Matheus Frederico A. Oliveira	219	693
Extindel Equipamentos Contra Incêndio	2.375	-
Rafaella de Barros Ribeiro Nogueira	334	-
	<b>63.002</b>	<b>56.567</b>

A conta de fornecedores compreende as obrigações com fornecedores diversos, provisionados pela transferência da propriedade das aquisições de mercadorias, serviços e outros. Estes passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e não são avaliados subsequentemente ao custo amortizado por não haver incidência de juros sobre eles.

### 11. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimento	2024	2023
Financiamento BNB* Contrato 304.2020.626.1119	Real	Jun-2036	8.265.192	8.894.360
			<b>8.265.192</b>	<b>8.894.360</b>
Circulante			621.841	621.841
Não circulante			7.643.351	8.272.519

\*BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Os financiamentos estão atrelados a taxas pré-fixadas e pós-fixadas, sendo a fixa de 1,0342% a.a., sendo aplicável um desconto de 15% quando a parcela da dívida for paga até o prazo de vencimento, e a variável sendo o FAM (fator de atualização monetária) que deriva da variação do IPCA, e referem-se, basicamente, a créditos destinados à implantação da usina de geração fotovoltaica, para o qual foi dado em garantia:

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Fiança bancária no valor de R\$ 9.300.500 conforme contrato n° 8352521, junto ao banco ABC BRASIL S.A.
- Cessão fiduciária de conta reserva em aplicação financeira com saldo equivalente a 5% do saldo devedor (Nota 6); e
- Propriedade fiduciária dos equipamentos da Companhia.

#### 11.1. Cronograma de amortização da dívida

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos de longo prazo em 31 de dezembro de 2024 apresentam a seguinte composição:

Vencimento	2024
2026	649.267
2027	665.013
2028	681.159
2029 a 2036	5.647.912
	<b>7.643.351</b>

#### 11.2. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 está assim representada:

	2024	2023
<b>Saldo inicial</b>	<b>8.894.360</b>	<b>9.108.363</b>
(+) Adições	-	489.500
(+) Juros incorridos	478.650	498.636
(-) Pagamento de principal e juros	(1.107.818)	(1.202.139)
<b>Saldo final</b>	<b>8.265.192</b>	<b>8.894.360</b>

#### 11.3. Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

As principais cláusulas contratuais restritivas dos empréstimos e financiamentos são:

- Necessidade de contratação de seguros das instalações industriais;
- Anuência da instituição financeira credora para mudança de controle acionário; e
- Manutenção de fundo de liquidez em conta reserva em instituição financeira, no montante mínimo equivalente a 5% do saldo devedor, durante todo o prazo do financiamento.

A penalidade para o não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

Até 31 de dezembro de 2024, não houve manifestação por parte dos credores, ou quaisquer outras partes interessadas relacionada ao não cumprimento dessas cláusulas restritivas.

## 12. Fiança Bancária a Pagar

	2024	2023
<b>Passivo Circulante</b>		
Banco ABC Brasil	46.210	145.492
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Banco ABC Brasil	-	97.655
	<b>46.210</b>	<b>243.147</b>

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Patrimônio Líquido

#### 13.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito está representado por 1.808.951 (um milhão e oitocentos e oito mil e novecentos e cinquenta e um reais) ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelos acionistas no montante de R\$ 1.808.951 (em moeda corrente nacional), assim distribuídas:

<b>Acionistas</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>R\$</b>	<b>%</b>
Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I	1.628.051	1.628.051	89,99
Simplice Comércio e Importação Ltda.	180.900	180.900	10,01
	<b>1.808.951</b>	<b>1.808.951</b>	<b>100,00</b>

Foi aprovado em 25 de março de 2024, 1 (uma) redução do capital advindas do acionista Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I, no montante total de R\$ 199.985,07.

Foi aprovado ainda em 25 de março de 2024, 1 (uma) reduções do capital advindas da acionista Simplice Comércio e Importação Ltda, no montante total de R\$ 14,93.

Foi aprovando em 12 de julho de 2024, 1 (uma) transferência de ações do acionista Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura Solar I para o acionista Simplice Comércio e Importação Ltda, no montante total de R\$180.765.

#### **Ações ordinárias**

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

#### 13.2. Reservas de lucros

##### 13.2.1. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu o saldo dessa reserva em R\$ 22.740.

##### 13.2.2. Retenção de Lucros

Após a destinação das reservas estatutárias e do dividendo obrigatório, a Administração da Companhia destinou a sobra do saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 216.028 (R\$ 79.376 em 2023), para rubrica específica de retenção de lucros, que é destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital da Companhia e/ou futura adicional de lucros.

#### 13.3. Distribuição de lucros

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações, já que o estatuto social da Companhia é omissivo quanto a determinação da porção dos lucros a ser classificada como dividendo mínimo obrigatório. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas no montante de R\$ 216.028.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 14. Receita operacional líquida

	2024	2023
<b>Receita bruta</b>		
Serviços prestados	3.100.754	2.683.164
<b>(-) Deduções da receita</b>		
COFINS sobre receita bruta	(235.657)	(203.920)
PIS sobre receita bruta	(51.162)	(44.272)
ISS sobre receita bruta	(30.797)	(17.396)
	<b>(317.616)</b>	<b>(265.588)</b>
	<b>2.783.138</b>	<b>2.417.576</b>

#### 15. Custo dos serviços prestados

	2024	2023
Depreciações e amortizações	(1.120.706)	(1.127.067)
Locações de bens	(162.000)	(184.610)
Operações e manutenções	(123.885)	(150.291)
Seguros	(44.873)	(47.832)
Assessoria interna	(20.360)	(47.679)
Vigilância patrimonial	(46.500)	(42.750)
Custo de supervisor	(23.641)	(22.680)
Gestão de contas	-	(11.277)
Amortização (arrendamento)	(11.285)	(11.197)
Software	(5.401)	(7.441)
Outros serviços	(5.000)	(2.372)
(-) PIS - créditos sobre O&M	4.601	5.239
(-) COFINS - créditos sobre O&M	21.193	24.131
(-) PIS - créditos sobre depreciação	6.777	6.777
(-) COFINS - créditos sobre depreciação	31.218	31.218
	<b>(1.499.862)</b>	<b>(1.587.831)</b>

#### 16. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Ambiental, fundiário e conexão	-	(32.284)
Pró-labore	(33.888)	(31.536)
Advocacia	(7.765)	(18.943)
Contabilidade	(16.366)	(16.666)
Auditoria	(11.645)	(10.403)
INSS	(6.778)	(6.307)
Material de expediente	(4.330)	(1.561)
Correios	(887)	(1.016)
Telefone e Internet	(846)	(770)
Taxas de conselho de classe	(2.824)	(255)
Serviços prestados PJ	(1.807)	-
Indenizações	(30.000)	-
Geral e Administrativa	(10.536)	(21.081)
Outros	(7.207)	(386)
	<b>(134.879)</b>	<b>(141.208)</b>

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 17. Receitas e despesas financeiras

	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicação financeira	173.502	136.874
Juros ativos	12.360	4.509
PIS s/ receitas financeiras	(1.208)	(919)
COFINS s/ receitas financeiras	(7.434)	(5.655)
	<b>177.220</b>	<b>134.809</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre empréstimos	(478.650)	(498.636)
Comissão de fiança bancária	(195.311)	(186.307)
Juros sobre arrendamentos	(64.008)	(55.758)
Despesas bancárias	(10.362)	(45.563)
IOF	(1.313)	(2.344)
Juros passivos	(129)	(637)
Descontos concedidos	(5.556)	-
	<b>(755.329)</b>	<b>(789.245)</b>
	<b>(578.109)</b>	<b>(654.436)</b>

#### 18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2024
<b>Receita bruta total</b>	<b>559.233</b>
( + ) Adições	75.293
( - ) Exclusões	(94.873)
( = ) Base de cálculo do IRPJ/CSLL	539.653
( - ) Compensação prejuízos fiscais	(161.896)
	<b>377.757</b>
<b>IR e CS às alíquotas da legislação</b>	
Alíquota de 15% (IRPJ)	(56.664)
Adicional de 10% (IRPJ adicional)	(13.775)
Alíquota de 9% (CSLL)	(33.998)
<b>IRPJ e CSLL no resultado</b>	<b>(104.437)</b>
Alíquota efetiva	27,65%

#### 19. Transações com Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, empresas ligadas ao grupo sob controle do acionista controlador, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras, bem como transações mantidas com partes relacionadas durante os exercícios que tenham efeito sobre o resultado são:

	2024	2023
<b>Ativo não circulante:</b>		
<b>Empréstimos com partes relacionadas</b>		
Simplece Comércio e Importação Ltda. (a)	121.014	121.014
Solar 5 Energia SPE S.A. (b)	-	85.012
	<b>121.014</b>	<b>206.026</b>

(a) Foi adiantado o montante de R\$ 121.014 ao acionista Simplece Comércio e Importação Ltda., a título de 'Adiantamento de dividendos futuros'. O respectivo valor será abatido dos dividendos que a Companhia venha a distribuir ao acionista acima, conforme acordo de acionistas celebrado em 4 de dezembro de 2019.

(b) Operação de mútuo com respectiva empresa ligada remunerada a uma taxa juros equivalentes a 100% da variação do CDI do período, que foi liquidada em 2024.

#### 19.1. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em 2024, a Companhia efetuou pagamentos a título de pró-labore, no montante de R\$ 33.888, aos membros da Diretoria, pelos serviços prestados no exercício.

Não houve qualquer outro pagamento de benefícios e/ou operações envolvendo o pessoal-chave da Administração.

#### 19.2. Outras informações

A Companhia não concede benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração.

Não existem avais e garantias concedidas pela Companhia em favor de suas partes relacionadas.

#### 20. Processos judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, cível e ambiental. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para perdas com processos judiciais. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não existiam processos judiciais contra a Companhia de perspectiva de perda provável que requeiram constituição de provisões, bem como possíveis divulgações requeridas.

De acordo com a legislação vigente, as declarações de Imposto de Renda entregues nos últimos cinco anos estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados. No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia.

Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento, muito embora, não se espera que existam passivos adicionais ou informações relevantes que não estejam divulgadas nessas demonstrações financeiras.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

### Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ademais, no dia 8 de fevereiro de 2023 o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, nos Recursos Extraordinários 955.227 (Tema 885) e 949.297 (Tema 881) sobre a possibilidade de se desconstituir (desfazer) a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo (continuado) em matéria tributária. Após a devida análise pelos assessores jurídicos da Companhia de seus processos tributários em polo ativo e passivo em que ela é ou foi parte, não foi alcançado qualquer caso que possa ser impactado pela citada decisão sobre as suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

#### 21. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis, e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

##### 21.1. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos a curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço pelo seu valor justo, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores de mercado, conforme segue:

	Classificação	2024	2023
<b>Ativos financeiros</b>			
Caixa e bancos	Custo amortizado	51.551	25.151
Aplicações financeiras de curto prazo	Valor justo por meio do resultado	1.442.946	547.423
Aplicações financeiras de longo prazo	Valor justo por meio do resultado	880.684	810.726
Contas a receber	Custo amortizado	295.861	196.066
		<b>2.671.042</b>	<b>1.579.366</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores	Custo amortizado	63.002	56.567
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	8.265.192	9.137.508
		<b>8.374.404</b>	<b>9.194.075</b>

##### Valor contábil versus valor justo

Para todas as operações, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. As operações de empréstimos e financiamentos referem-se basicamente a captações que preponderantemente estão indexadas a taxas pré-fixadas, assim, na hipótese da aplicação da metodologia de apuração de valor justo, o valor apurado não refletiria o valor de repasse daquela operação naquela data, uma vez que a taxa de desconto seria muito superior à taxa de correção. Desta forma, a administração entende que os valores reconhecidos contabilmente refletiam o endividamento efetivo em caso de uma eventual liquidação naquela data.

## UFV Alagoas Energia solar I SPE S.A.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023**  
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21.2. Gerenciamento dos riscos financeiros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve alteração na política de gerenciamento de riscos financeiros em relação ao exercício anterior.

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (i) Risco de Crédito

O 'Caixa e equivalentes de caixa' e 'Aplicações financeiras' da Companhia são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem grau elevado de *rating*.

#### (ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, ao máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém linhas de crédito disponíveis e reservas financeiras aplicadas em instituições financeiras de alto *rating* para suprir com suas obrigações.

#### (iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de materiais. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

#### **Risco de taxa de juros**

Risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado.

Não há risco relevante de variações nas taxas de juros advindo de seus passivos financeiros, já que atualmente a Companhia não possui nenhuma operação deste tipo.

#### **Operações com derivativos**

A Companhia não realiza operações de hedge, swap, ou quaisquer operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Lorena Times Rossi Ulisses  
Diretora

PAULO RICARDO  
NASCIMENTO  
MOURA:10390874426

Assinado de forma digital por  
PAULO RICARDO NASCIMENTO  
MOURA:10390874426  
Dados: 2025.04.23 13:51:22 -03'00'

Paulo Ricardo Nascimento Moura  
Contador CRC-PE-028860/O-6

## 2024 ALAGOAS NEs.pdf

Documento número #1b3d6b26-3e85-4c6a-b265-520beda3ab2e

Hash do documento original (SHA256): 1375f78b021f03974718f429d831156fbbf26b785ab2547dae30a2123ae887ad

## Assinaturas

### Lorena Times Rossi Ulisses

CPF: 013.473.274-01

Assinou como parte em 23 abr 2025 às 17:40:03

## Log

- 23 abr 2025, 17:18:21 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 criou este documento número 1b3d6b26-3e85-4c6a-b265-520beda3ab2e. Data limite para assinatura do documento: 23 de maio de 2025 (19:40). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 23 abr 2025, 17:23:43 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 alterou o processo de assinatura. Data limite para assinatura do documento: 24 de maio de 2025 (19:40).
- 23 abr 2025, 17:23:45 Operador com email monica.rodrigues@casaforteinvest.com.br na Conta 8632cc74-5f7e-4ed8-bfe6-d8c0f7889316 adicionou à Lista de Assinatura: lorena.rossi@casaforteinvest.com.br para assinar como parte, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Lorena Times Rossi Ulisses e CPF 013.473.274-01.
- 23 abr 2025, 17:40:03 Lorena Times Rossi Ulisses assinou como parte. Pontos de autenticação: Token via E-mail lorena.rossi@casaforteinvest.com.br. CPF informado: 013.473.274-01. IP: 187.1.168.150. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -8.1101414 e longitude -34.8996457. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1186.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 23 abr 2025, 17:40:08 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 1b3d6b26-3e85-4c6a-b265-520beda3ab2e.



### Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 1b3d6b26-3e85-4c6a-b265-520beda3ab2e, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em [www.clicksign.com](http://www.clicksign.com).